

ANTÓNIO COVAS

OS TERRITÓRIOS NA ERA DAS REDES

Cultura digital, ação coletiva
e bens comuns



EDIÇÕES SÍLABO

Os Territórios na Era das Redes

**Cultura digital,
ação coletiva e bens comuns**

ANTÓNIO COVAS

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Silabo na rede
www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA:

Título: Os Territórios na Era das Redes – Cultura digital, ação coletiva e bens comuns

Autor: António Covas

© Edições Silabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, abril de 2023.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 514260/23

ISBN: 978-989-561-305-2



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Nota prévia	9
Introdução	11
Os territórios na era das redes	11

1ª Parte

Cultura digital e inteligência coletiva territorial

1. Territórios digitais e inteligência coletiva	27
2. República digital, a mudança de estado da matéria	35
3. O <i>Homo Digitalis</i> , do silo industrial ao túnel digital das plataformas	43
4. O hibridismo da transição digital, entre a utopia e a distopia	49
5. Topoligamia digital e geografia sentimental	53
6. Transição digital e governação da sociedade algorítmica	59
7. A transgressão digital, o passageiro clandestino e o caçador furtivo	65

2ª Parte

Tecnologia, arte e território

8. Em nome de uma hermenêutica dos lugares	71
9. Crise energética e descarbonização da economia	79

10. Dieta mediterrânea e economia criativa	83
11. A arte e a cultura de um território-desejado	89
12. Construir os territórios-rede da nossa interioridade.....	95
13. Promover a economia criativa e os arranjos produtivos locais.....	101
14. A poética do espaço e do território	105

3ª Parte

Os bens comuns colaborativos e as economias de proximidade

15. O grande universo da <i>economia BCC</i>	113
16. A geoeconomia das redes e os espaços de cooperação territorial	119
17. Produção conjunta, capital natural e serviços de ecossistema.....	125
18. As infraestruturas verdes e as conexões cidade-campo.....	131
19. Comunidades locais inteligentes e economias de proximidade	137
20. A transição digital e o crescimento do universo colaborativo.....	143
21. A cidade do futuro, arquitetura e espaço público.....	147

4ª Parte

Os territórios da 2ª ruralidade

22. Comunidades inteligentes e rural <i>starting-up</i>	153
23. PEPAC, o sistema operativo da 2ª ruralidade.....	163

24. O parque agroecológico de fins múltiplos, uma via para a 2ª ruralidade	169
25. Dieta mediterrânica e capitalismo XXI, as duas faces de Janus	177
26. Do rural tardio português até à 2ª ruralidade	183
27. DRAP 2030, ator-rede e plataforma colaborativa regional.....	189
28. Os bens de mérito e os processos de ruralização.....	195

5ª Parte

Os territórios e a regionalização inteligente

29. No país do minifúndio institucional.....	203
30. A propósito de regionalização e inteligência coletiva territorial	209
31. A região-cidade do Alto Douro Vinhateiro	215
32. CIM 2030, o governo da região-cidade.....	221
33. Os territórios em rede, as redes de cidades, a região-cidade.....	225
34. A formação do novo governo e a administração do território	231
35. ÉVORA, CEC 2027, uma cidade em busca de um futuro	237

Notas gerais e finais – A política reticular na era das redes, a criatividade dos territórios e os incumbentes principais	243
--	------------

Nota prévia

Os territórios na era das redes é uma temática que se afirma cada vez mais na sociedade da informação e da comunicação. É, também, do ponto de vista cognitivo, uma grelha geral de leitura que acompanha a revolução tecnológica e digital e que se inscreve na tendência longa do capitalismo neoliberal. Os textos aqui reunidos têm os territórios e as redes como protagonistas principais e, em pano de fundo, a cultura digital, a inteligência coletiva e a criatividade dos territórios como vetores fundamentais. Os textos foram publicados como artigos de opinião, a maior parte durante o ano de 2022, nos jornais *online Observador* (OBS), *Público* (PUB), *Jornal de Notícias* (JN) e *Sul Informação* (SI) e no sítio **Agroportal** (AGRO).

Por razões que o leitor compreenderá, os textos de opinião foram publicados em circunstâncias e sob pretextos muitos diversos, e como o autor recicla e reutiliza uma parte dos seus materiais de trabalho, é muito provável que alguns desses textos apresentem, aqui e ali, algumas repetições. Pelo facto, as minhas desculpas antecipadas aos leitores. Além disso, os textos não seguem uma ordem cronológica, foi o meu critério pessoal que prevaleceu.

Quero deixar, mais uma vez, o testemunho do meu reconhecimento ao Editor da Sílabo, Dr. Manuel Robalo, pelo seu cuidado e atenção por mais esta edição.

Por último, quero agradecer vivamente aos três patrocinadores principais, a empresa *Territórios Criativos*, *Câmara Municipal de Abrantes* e a *Câmara Municipal de Castelo Branco*, por terem patrocinado a edição deste livro, daqui o meu muito obrigado pela sua extrema generosidade.

Introdução

Os territórios na era das redes

Os territórios na era das redes é uma temática que se afirma cada vez mais na sociedade da informação e da comunicação. É, também, do ponto de vista cognitivo, uma grelha geral de leitura que acompanha a revolução tecnológica e digital e que se inscreve na tendência longa do capitalismo neoliberal sob a inspiração de teóricos do liberalismo como Milton Friedman e Friedrich Hayek. O alinhamento histórico desta tendência é conhecido. Durante os anos oitenta e noventa assistimos à queda do muro de Berlim, a reunificação alemã, o colapso da União Soviética, o fim da guerra fria e do mundo bipolar. É, também, o anunciado *fim da história* (Fukuyama, 1992) e, nessa sequência, o *fim dos territórios* (Badie, 1996). Nesta tendência longa sobressai a globalização das trocas comerciais, a financeirização da economia internacional, a mercantilização do espaço e dos territórios, a emergência dos riscos globais (Beck, 1999), o multilateralismo das instituições e agências onusianas sob hegemonia ocidental e americana, a ascensão dos BRICS na cena internacional e o anúncio da grande revolução tecnológica e digital. Ou, nas palavras de Thomas Friedman, doravante, *o mundo é plano* (Friedman, 2010).

Nesta batalha já longa entre o mercado global e a democracia doméstica, a desterritorialização e a extraterritorialidade convertem-se nos principais adversários do velho Estado-nação vestefaliano cuja matriz inicial assentava, justamente, na soberania territorial e na delimitação da sua jurisdição respetiva. Nas últimas décadas, porém, nós percorremos rapidamente a distância que medeia entre a soberania territorial *do sangue e do solo* e o universo virtual da sociedade em rede globalizada do ciberespaço. Para o ilustrar, nos dias de hoje, bastaria lembrar os novos protagonistas e a lógica de atores tão diversos e cada

vez mais desmaterializados como os fundos de investimentos, plataformas tecnológicas, *start-ups fintech*, assessorias jurídico-fiscais, agências imobiliárias e agências temporárias de emprego e as inúmeras comunidades *online* das redes sociais que circulam no ciberespaço com o suporte da imensa nebulosa da economia do *Big Data e do cloud computing*. Neste percurso vertiginoso das últimas quatro décadas muitos autores procuraram reinterpretar a realidade do Estado-nação e sua jurisdição territorial sob perspectivas e ângulos de observação muito diversos. Façamos, então, uma breve incursão por alguns desses percursos e lembremos a narrativa de alguns autores, sobretudo após o anunciado *fim da história* de Francis Fukuyama em 1992.

■ **Bertrand Badie, o fim dos territórios (1996)**

A trilogia de Bertrand Badie – *O fim dos territórios*, *O mundo em viragem*, *Um mundo sem soberania* – inscreve-se no longo processo de globalização/mundialização que o fim da guerra fria e do mundo bipolar vieram acelerar. Está em causa o princípio de soberania do estado-territorial e a sua desterritorialização, não apenas devido ao papel crescente das sociedades multinacionais, mas, também, à emergência de novos atores internacionais como os movimentos da diáspora, as organizações ambientalistas e ecológicas não-governamentais e os grupos ligados às identidades étnicas transnacionais, para lá, evidentemente, da regulação das instituições multilaterais de âmbito mundial e regional. Doravante, o Estado-nação e a sua jurisdição territorial sofrem a concorrência de todos estes atores na cena internacional, resta à comunidade internacional, como diz Badie, *proteger e promover a utilidade social do respeito*.

■ **Paul Virilio, velocidade, tecnologia e política (1996)**

Na base das reflexões de Paul Virilio está a triangulação entre velocidade, tecnologia e política. Como ele dizia, *o século XXI deve preocupar-se com as nanotecnologias, mas, também, com as nanocronologias, com o tempo infinitesimal, com a conquista do infinitamente pequeno do tempo*. Vivemos na era da cronopolítica, em pleno culto da velocidade-luz, numa verdadeira corrida contra o tempo. Tudo fica para trás. A velocidade das transações excede o tempo da política, tornando o Estado-nação uma figura cada vez mais decorativa. Do mesmo modo, a

velocidade das transações consente e garante a hegemonia da especulação sobre as necessidades reais da economia. No mesmo sentido, a velocidade é uma espécie de embriaguez que deixa para trás o mundo sensível e a sensibilidade. Na corrida contra o tempo, tudo concorre para a formação de um buraco negro da extraterritorialidade, lá onde tudo pode acontecer.

A Terra é muito pequena para a velocidade, a economia e a ecologia irão ficar face a face e fundir-se, isto é, a aceleração do tempo torna o mundo plano. No mundo plano emergem os não-lugares e a identidade dá lugar à rastreabilidade. Sem um lugar onde possa ser, torno-me um estranho. Finalmente, devido à torrente e à loucura da informação, está em curso a desconstrução da cultura geral que nos pode levar até à alucinação. O tempo humano foi ultrapassado pelo tempo-máquina, um tempo instantâneo, infinitamente pequeno, um tempo do reflexo e não da reflexão. Somos prisioneiros desse tempo infra que a aceleração transforma num tempo inabitável e irrespirável.

O ciberespaço é uma espécie de colónia virtual para escapar ao mundo plano. Nesta colónia virtual corremos o risco de uma nova tirania dos sentimentos. Numa democracia virtual de reflexos condicionados, vemos tudo através de um ecrã que entra em concorrência com a escrita e a imagem em concorrência com a linguagem. Nesta espécie de sexto continente a aceleração da realidade impede-nos de ver a realidade, o tempo humano é esmagado, não vemos nada. Já não vivemos o presente, vivemos o instante de uma realidade acelerada, tudo num instante. O instantâneo e o imediato, eis os conceitos do tempo atual e a substância dos nossos modos de vida. Os transportes e as transmissões fizeram encolher o mundo, de tal modo que vivemos uma espécie de encarceramento psicológico, onde parece que estamos constantemente a ser observados.

■ Zigmunt Bauman, a modernidade líquida (2000)

Na sua trilogia sobre *os tempos líquidos – O mal-estar da pós-modernidade, A modernidade líquida, Ambivalência e modernidade* – fala-se do imaginário social da cultura tecnológica e digital em que a modernidade é uma categoria líquida e onde o processo se sobrepõe à forma. Bauman é conhecido por ser o filósofo da *modernidade líquida*, uma metáfora para o estado da nossa condição humana: tudo é volátil,

efêmero, precário, transitório, passageiro, instável, temporário, fluido, enfim, líquido. No plano teórico-filosófico a passagem do conceito de estrutura (sólido) para o conceito de rede ou conexão (líquida) dá bem conta dessa transição. E estas noções líquidas e fluidas têm aplicação em todas as áreas, desde as relações amorosas e familiares até às relações de poder nos campos da economia, da sociedade, da política e, obviamente, da revolução digital. É esta grelha de leitura transversal dos problemas contemporâneos que dá sentido, consistência e densidade aos seus escritos filosóficos e sociológicos e, bem assim, às suas inúmeras intervenções sociais e culturais. Em entrevistas recentes em órgãos de comunicação social e agora trazidas ao conhecimento do grande público pode ler-se:

- As redes sociais são uma armadilha, tudo parece muito fácil na esfera virtual, mas perdemos a arte das relações sociais e da amizade;
- O velho limite sagrado entre o horário de trabalho e o tempo pessoal foi ultrapassado, estamos permanentemente disponíveis, esquecemos o tempo para o amor, a amizade e a solidariedade; hoje discute-se, mesmo, o «direito de desligar» fora das horas de trabalho;
- As comunidades *online* são um entretenimento barato, porém, é preciso validar esse empenhamento na rua, no contacto com as pessoas e nas comunidades reais *offline*;
- A política é doméstica e está territorializada, o poder é global e extraterritorial; a democracia doméstica não convence, é pouco efetiva e é arrastada por esta crise do Estado-nação; as comunidades virtuais *online* também são extraterritoriais e não se identificam com as antigas comunidades reais *offline*; a cultura conetada é uma bricolage permanente, muitas vezes é uma verdadeira caricatura, o discurso público é retórica pura e o espaço público está muito fragmentado para ser representativo e eficaz.

No seu ecletismo, a filosofia de Bauman busca reconstruir todas as camadas da realidade e tornar a sua linguagem acessível a todos os tipos de leitor. Finalmente, Bauman está muito preocupado com a *distração* e, portanto, com a *economia da atenção* e com o *foco da atenção*. O acesso fácil e rápido ao oceano de informação que a internet e os motores de busca proporcionam é uma verdadeira armadilha e deve ser

tomado com conta peso e medida. Perante tantos fragmentos de informação não admira que aconteçam crises de impaciência e muita irritação e esta é outra faceta da modernidade líquida.

■ Manuel Castells, a emergência da sociedade em rede (1999)

Na sua trilogia de 1999, *A sociedade em rede, O poder da identidade, O fim do milênio*, Manuel Castells teoriza sobre uma nova estrutura social emergente, a saber, uma sociedade baseada em redes que são operadas por tecnologias da informação e comunicação assentes em redes digitais de computadores que são, doravante, a coluna vertebral da sociedade, tais como as redes energéticas eram as infraestruturas sobre as quais assentava a sociedade industrial. Os elementos constituintes desta nova estrutura social emergente podem ser assim definidos: capitalismo informacional, as identidades como fator de resistência, a interação contínua entre real e virtual, a cultura da virtualidade real, redes cada vez mais descentralizadas e distribuídas, a ambivalência destas redes entre criatividade e destruição e, em consequência, as conexões perversas e a formação de um quarto mundo de territórios excluídos. Manuel Castells ofereceu-nos ainda uma reflexão sobre *as redes de indignação e esperança*, após os movimentos da primavera árabe de 2011. Em síntese, uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede, uma nova economia, a economia informacional global, uma nova cultura, a cultura da virtualidade real.

■ Pierre Levy, a inteligência coletiva (1999 e 2007)

Nas suas obras *Cibercultura* (1999) e *Inteligência Coletiva* (2007) Pierre Levy explica-nos que *o universo cognitivo da cibercultura conduz a um tipo de inteligência compartilhada que surge da colaboração de muitos indivíduos na sua diversidade, de uma inteligência distribuída por toda a parte, pois, todo o saber reside na humanidade* (Levy, 2007, 212). O ciberespaço surge na longa sequência do desenvolvimento da linguagem e comunicação humana: a oralidade, a escrita, o alfabeto, a imprensa, a comunicação digital e a metalinguagem da economia da informação. Em cada uma destas linguagens acumulamos informação, conhecimento, inteligência coletiva e poder de controlo e manipulação, donde a importância fundamental da esfera semântica,

da produção e regulação dos metadados, uma vez que os estados-plataforma disputam cada vez mais o poder aos estados-nação.

Em síntese, caminhamos sobre uma árvore do conhecimento, ramificamos as tecnologias da inteligência humana e chegamos a uma superestrutura universal de comunicação e troca de dados assente na internet e numa rede de computadores. Qual é a metalinguagem que se segue?

■ **Jeremy Rifkin, revolução industrial e bens comuns colaborativos (2014)**

Numa mutação civilizacional onde as plataformas tecnológicas desempenham o papel principal pois são a placa giratória de todos os interesses em presença, estamos a assistir à transição paradigmática da sociedade dos objetos e mercadorias para a sociedade dos ícones, dos signos, sinais e símbolos, isto é, a uma transição para a *(i)conomia*. Na nova sociedade da informação, da inteligência, da internet, da imaginação, da inovação, dos bens intangíveis e imateriais, assistiremos a um *trade off* permanente entre *a velha economia dos produtos industriais e materiais e a nova (i)conomia dos serviços imateriais*, numa troca constante entre produto e serviço e entre propriedade e acesso e na qual a *(i)conomia* acrescentará cada vez mais valor à economia convencional que, assim, se reduzirá do mesmo passo.

É nesta sequência que se inscreve o pensamento de Jeremy Rifkin, a saber, o anúncio quase profético da sociedade do custo marginal zero promovido pela 3.^a revolução industrial e assente na fusão entre as tecnologias de informação e comunicação, a internet dos objetos (OIT) e os bens comuns colaborativos (BCC). Seguindo de perto a sua lógica de pensamento, os termos da equação estariam, agora, a inverter-se rapidamente. Assim, a 3.^a revolução industrial assentará o seu crescimento em cinco pilares fundamentais: a mudança para as energias renováveis, a remodelação de blocos de edifícios para a instalação de sistemas inteligentes e autónomos de produção de energia renovável, a construção de uma *enernet de energia distribuída* para trocar e vender energia na rede, a conversão da frota de transportes para veículos elétricos e células de combustível, a criação de uma economia do hidrogénio e outras tecnologias de armazenamento de energia. Neste novo contexto, o crescimento da produtividade geral é de tal ordem que o custo marginal dos

fatores de produção variáveis tenderá para zero o que, desde já, anuncia o fim do capitalismo.

■ Daniel Innerarity, o novo espaço público (2010)

Na sua trilogia *A transformação da política* (2005), *A sociedade invisível* (2009) e *O novo espaço público* (2010), Daniel Innerarity mostra-nos como a política deixou de ser um assunto exclusivo do Estado-administração. Na era global e cosmopolita, uma nação é, cada vez mais, uma coleção de diásporas, onde o cidadão vive, cada vez mais, em estado de topoligamia e a separação progressiva do Estado e da Nação é o acontecimento mais importante na passagem da modernidade para a pós-modernidade. Doravante, teremos de construir comunidades políticas à medida dos nossos interesses, isto é, comunidades políticas de autogoverno e outras formas de ação coletiva em rede colaborativa e cooperativa. Na era global, a 1.^a fase traduziu-se em desindustrialização e deslocalização o que levou à emergência do segundo mundo; a 2.^a fase está em curso e leva-nos até à automatização e digitalização de processos industriais e serviços terciários; a 3.^a fase chegará com o Antropoceno, o novo regime climático, e as grandes vagas migratórias que alterarão a forma como vivemos e ocupamos o território.

Numa sociedade cada vez mais distribuída e policêntrica, os territórios estarão obrigados a aprender, a ser territórios cognitivos e reflexivos. As sociedades de hoje são muito contingentes, um misto de acaso e necessidade entre a margem de liberdade à nossa disposição e as restrições e limites que nos condicionam. A base territorial será progressivamente dessacralizada, o Estado-nação deixará de controlar o seu território, enquanto os movimentos mais radicais protestarão contra o Estado porque este não garante a sua soberania. Há, com efeito, uma discrepância muito grande entre a necessidade de uma identidade coletiva para enfrentar os desafios globais e, por outro lado, o radicalismo individualista, a necessidade de afirmar a nossa diferença radical. Está a ser difícil conciliar estas duas dimensões do espaço público, pois a liberdade radical pulveriza e fragmenta todas as formas de organização, das mais pequenas até às maiores. Esta é, também, a razão pela qual as políticas de integração ou assimilação correm o sério risco de ser contra-producentes, pois não é de identidade que se trata, mas de diferenciação e diversidade. As culturas, como as pessoas, são muito egoístas e afir-

mar a integração é despertar a desobediência civil. A política é vítima fácil desta circunstância.

■ Momento Polanyi, a convergência das grandes transições

As próximas décadas reservam-nos grandes incógnitas e transformações. A transição ecológica e a incógnita das alterações climáticas (o advento de uma nova era geoclimática, o Antropoceno). A transição digital e a incógnita da inteligência artificial (o advento do transumanismo). A transição produtiva e a incógnita das migrações (de pessoas, bens, serviços e capitais, o advento de uma nova geopolítica). Serão estas transformações convergentes ou divergentes? Poderemos esperar uma Grande Transformação, um *Novo Momento Polanyi*?

O *Momento Polanyi* (Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, 1944) anuncia uma transformação civilizacional e cultural das sociedades quando se constata que as instituições, na sua generalidade, deixaram de acompanhar as mudanças introduzidas pelas forças produtivas e sociais dominantes. Se as três transições que enunciámos convergirem na mesma direção, poderemos estar a anunciar a próxima Grande Transformação.

Já aí está a polémica acerca de um novo regime climático, designado por Antropoceno. As ciências sociais e humanas colam-se mais às ciências naturais em busca de uma explicação, a variável climática deixa de ser uma variável exógena para se converter, cada vez mais, numa variável endógena. A severidade e a hostilidade do clima afetam a nossa vida quotidiana, avisando-nos de que a transição ecológica é um horizonte incontornável de sentido para a vida humana, um sentido de finitude, de limite e responsabilidade. Eis, pois, a utilidade social do respeito em toda a sua plenitude. Se não respeitarmos a natureza, não haverá coevolução benigna homem-natureza e o nosso quotidiano poderá transformar-se num verdadeiro inferno.

A segunda grande transição diz respeito à transformação digital. A transição digital é a grande força transformadora do nosso tempo, feita de liberdade e transgressão, desde o infinitamente pequeno das nanotecnologias até ao infinitamente grande da robótica inteligente, numa viagem que nos pode levar para lá dos limites do ser humano, em direção ao transumanismo e à pós-humanidade. A *informação bruta* produzida pelas tecnologias da informação e comunicação é a matéria-

António Manuel Alinho Covas. Doutor em Assuntos Europeus pela Universidade de Bruxelas, (1987) e professor catedrático da Universidade do Algarve desde 2000 (atualmente aposentado). Entre 1990 e 1995 pró-reitor e vice-reitor da Universidade de Évora e entre 1995 e 1999 assessor ministerial. Tem 37 livros publicados na área dos estudos europeus e na área dos estudos rurais e territoriais, para além de inúmeros artigos em revistas e imprensa nacional. Foi Conselheiro Nacional de Educação, vogal do Programa Operacional do Algarve entre 2008-2014 e membro de vários centros de investigação. Atualmente é, ainda, membro do Conselho Deontológico da Ordem dos Economistas. Hoje, a sua investigação incide sobre três áreas interdependentes: os assuntos europeus e a governação multiníveis, a transição para a segunda ruralidade e a coesão territorial, a transição digital, a inteligência coletiva e a arte da *smartificação* dos territórios.

Como será a política na era das redes é uma questão em aberto, sendo a inteligência coletiva um recurso cognitivo que precisa ser desenvolvido e praticado para legitimar, cada vez mais, a democracia política. O paradigma da rede, pela sua extraordinária fluidez e conectividade, tem uma grande latitude multiterritorial e, sabendo-se, que a desterritorialização e a extraterritorialidade são, devido à globalização, uma das principais tendências do nosso tempo, pode-se inferir da extraordinária relevância de uma política reticular bem conduzida. Todos os territórios são postos em causa, quase todas as ameaças são extraterritoriais e muitos lugares são desmaterializados e convertidos em não-lugares. A questão essencial é que a lógica das plataformas e comunidades digitais pode dar origem a novos territórios, embora não substitua a mediação representativa da democracia política. No final, os territórios na era das redes serão o resultado da convergência entre a digitalização dos territórios e a territorialização do dispositivo digital.

Este livro teve o apoio:



ISBN 978-989-561-305-2



749